

RELATÓRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

2.º TRIMESTRE DE 2018

ÍNDICE

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL
2. ANÁLISE FINANCEIRA COMPARATIVA
3. ANÁLISE PLANO DE INVESTIMENTOS
4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”
5. BALANÇO
6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
7. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
8. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2018
9. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

No 2.º Trimestre de 2018, os Resultados Líquidos apurados, ascenderam a 2,39 milhões de euros, ou seja, 39,2% (+672 mil euros) superiores ao estimado para este período.

Unid: Euros				
	ORÇAMENTO JUN/2018	REAL JUN/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
RESULTADOS OPERACIONAIS	2.148.622	3.166.710	1.018.088	47,4%
RESULTADOS FINANCEIROS	4.500	10.326	5.826	129,5%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	2.153.122	3.177.036	1.023.914	47,6%
IMPOSTOS	436.741	788.210	351.468	80,5%
RESULTADOS LÍQUIDOS	1.716.381	2.388.827	672.446	39,2%

Resultados Operacionais

No trimestre em análise, a atividade Operacional da APSS registou valores superiores ao orçamentado em 47,4% (+1 milhão de euros), justificado, essencialmente, pelo decréscimo dos gastos operacionais (-10,1%; -973 mil euros). No que diz respeito aos rendimentos operacionais, verificou-se um ligeiro aumento de 45 mil euros (+0,4%) face ao estimado para o período em análise.

- Gastos Operacionais

Os gastos com **“Fornecimentos e Serviços Externos”** apresentaram significativos decréscimos face ao previsto (-29,4%; -476 mil euros), nomeadamente, as rubricas de “Trabalhos Especializados” e “Conservação e Reparação”.

Nas rubricas de **“Trabalhos Especializados”** e **“Conservação e Reparação”** foram previstos diversos trabalhos de natureza pontual, que ainda não se realizaram, e que justificam o diferencial apurado face ao estimado.

Contrariando a tendência de redução de gastos, está a rubrica da **“Água”** que regista, no período em análise, um acréscimo de 37,3% (+49 mil euros) quando comparado com os valores orçamentados para este período.

Este aumento é justificado:

- pelo atraso verificado na passagem da gestão da cobrança de água para a Câmara Municipal de Sesimbra, que estava prevista ocorrer até final do ano de 2017, e que apenas ficou concluída em fevereiro do corrente ano;
- e, pelo facto de não terem sido estimados gastos resultantes de perdas de água na rede.

A variação de 10,7 (-354 mil euros) registada na rubrica de **“Gastos de Depreciação e Amortização”** está relacionada com a baixa execução do investimento realizado quer no ano de 2017 como de 2018.

Através do quadro seguinte podem ser analisadas todas as variações face aos valores orçamentados para o período em apreço:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO JUN/2018	REAL JUN/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.620.941	1.144.914	-476.026	-29,4%
Trabalhos Especializados	371.235	195.748	-175.487	-47,3%
Publicidade e Propaganda	32.575	12.952	-19.623	-60,2%
Vigilância e Segurança	134.550	114.168	-20.382	-15,1%
Honorários	19.000	0	-19.000	-100,0%
Conservação e Reparação	325.600	133.733	-191.867	-58,9%
Ferramentas e Utensílios	2.500	1.658	-842	-33,7%
Livros e Documentação Técnica	1.550	1.015	-535	-34,5%
Material de Escritório	10.000	10.659	659	6,6%
Artigos para Oferta	3.000	3.073	73	2,4%
Electricidade	223.775	202.407	-21.367	-9,5%
Combustíveis	80.450	63.422	-17.028	-21,2%
Água	130.785	179.551	48.766	37,3%
Outros Fluídos	2.500	1.643	-857	-34,3%
Deslocações e Estadas	12.000	13.541	1.541	12,8%
Transp. Mercadorias/Pessoal	18.000	13.068	-4.932	-27,4%
Rendas e Alugueres	30.401	273	-30.128	-99,1%
Comunicações	31.470	26.800	-4.670	-14,8%
Seguros	18.500	16.933	-1.567	-8,5%
Contencioso e Notariado	15.000	2.544	-12.456	-83,0%
Despesas de Representação	5.000	1.606	-3.394	-67,9%
Limpeza/Higiene/Conforto	143.750	140.848	-2.902	-2,0%
Outros Fornecimentos e Serviços	9.300	9.273	-27	-0,3%
GASTOS COM O PESSOAL	4.178.505	4.034.303	-144.201	-3,5%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	3.309.240	2.955.444	-353.796	-10,7%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	50.000	50.000	0	0,0%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS	524.328	525.038	710	0,1%
GASTOS OPERACIONAIS	9.683.013	8.709.699	-973.313	-10,1%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	1.000	0	-1.000	-100,0%
TOTAL DE GASTOS	9.684.013	8.709.699	-974.313	-10,1%

- Rendimentos Operacionais**

Os Rendimentos Operacionais da APSS registaram um valor ligeiramente superior ao orçamentado, para este período, em 0,4% (+45 mil euros), destacando-se o acréscimo de ganhos nos rendimentos resultantes dos “Serviços Portuários”.

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	ORÇAMENTO JUN/2018	REAL JUN/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	3.339.846	3.671.393	331.547	9,9%
TUP Navio	1.581.414	1.567.503	-13.911	-0,9%
Armazenagem	78.126	299.126	221.000	282,9%
Aluguer Equipamento	933	1.508	574	61,5%
Pilotagem	1.500.000	1.618.762	118.762	7,9%
Fornecimento Pessoal	12.116	19.185	7.069	58,4%
Estacionamento (TES)	7.545	25.565	18.020	238,8%
Outros	159.711	139.743	-19.968	-12,5%
TAXAS E LICENÇAS	1.036.657	1.024.788	-11.870	-1,1%
Taxas de Ocupação	822.248	822.059	-189	0,0%
Licenças Diversas	69.296	64.902	-4.393	-6,3%
Náutica de Recreio	145.113	137.826	-7.287	-5,0%
CONCESSÕES	5.152.769	5.091.332	-61.437	-1,2%
Concessão Multiusos - Zona 1	963.597	989.646	26.050	2,7%
Concessão Multiusos - Zona 2	2.199.500	2.138.278	-61.222	-2,8%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	183.583	199.644	16.061	8,7%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	83.323	71.628	-11.695	-14,0%
Concessão Praias do Sado	124.816	116.828	-7.989	-6,4%
Concessão Autoeuropa	323.315	322.298	-1.017	-0,3%
Concessão Tanquisado	62.028	62.028	0	0,0%
Concessão Secil	316.431	327.700	11.269	3,6%
Concessão Teporset	327.526	326.841	-685	-0,2%
Concessão Uralada	38.334	0	-38.334	-100,0%
Concessão Portugália	15.153	15.105	-48	-0,3%
Concessão Docapesca	139.000	144.204	5.204	3,7%
Concessão Clube Naval Sesimbra	19.090	19.030	-60	-0,3%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	156.049	155.514	-534	-0,3%
Concessão Exporsado	3.154	3.630	476	15,1%
Concessão Atlantic Ferries	140.510	140.249	-261	-0,2%
Concessão Marina Tróia	15.603	19.163	3.560	22,8%
Concessão Artesanalpesca	18.112	17.071	-1.041	-5,7%
Concessão Marina Marbelha	22.546	22.475	-71	-0,3%
Concessão Marvellous Wave	1.100	0	-1.100	-100,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	50.000	31.359	-18.641	-37,3%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	60.000	23.539	-36.461	-60,8%
OUTROS RENDIMENTOS	2.192.363	2.034.000	-158.363	-7,2%
RENDIMENTO OPERACIONAIS	11.831.635	11.876.409	44.774	0,4%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	5.500	10.326	4.826	87,7%
TOTAL RENDIMENTOS	11.837.135	11.886.736	49.601	0,4%

A variação positiva dos **“Serviços Portuários”** deveu-se ao aumento de rendimentos provenientes da Armazenagem (+282,9%; +221 mil euros) e da Taxa de Pilotagem (+7,9%; +119 mil euros), quando comparado com o valor estimado para este período.

O significativo acréscimo dos rendimentos com a “Armazenagem”, deveu-se ao aumento do n.º de veículos movimentados (+50,5%) comparativamente a igual período de 2017, bem como à alteração da base de cálculo da taxa de armazenagem para o ano de 2018.

Da análise ao quadro abaixo, constata-se que os valores reais de estatística ficaram abaixo das estimativas para o período em análise.

Indicadores de Actividade	ORÇAMENTO		REAL	VARIAÇÃO	
	2018	2.º TRIM/18	2.º TRIM/18		%
Mercadoria (Ton)	7.150.000	3.575.000	3.413.040	-161.960	-4,5%
N.º de Navios Act. Com. (Un.)	1.590	795	764	-31	-3,9%
Gross Tonn Nav.Act.Com. (GT)	25.292.000	12.646.000	11.735.053	-910.947	-7,2%

O rendimento resultante das **“Concessões Portuárias”** registou uma variação negativa de -1,46% (-68 mil euros) relativamente ao orçamentado para este período, onde se evidencia a concessão do *Terminal Multiusos – Zona 2*, com uma variação de -2,8% (-61 mil euros). A contribuir para esta diminuição está o facto de ter terminado a Concessão Uralada (passou a Licença de Uso Privativo), levando a um decréscimo destes rendimentos de 38 mil euros.

Globalmente, as **“Concessões Não Portuárias”** registaram um acréscimo (+7 mil euros) face à estimativa para o 2.º trimestre de 2018, destacando-se a concessão da Docapesca, com um aumento de 3,7% (+5 mil euros) face ao previsto.

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros registaram um valor superior ao orçamentado em 5 mil euros.

2. ANÁLISE COMPARATIVA REAL 2018/REAL 2017

A Conta de Exploração do 2.º Trimestre de 2018 foi sujeita a determinados ajustamentos extra-contabilísticos (como por ex. Amortizações, Subsídios ao Investimento, Gastos com Pessoal), que visam o cumprimento do Princípio Contabilístico da Especialização das perdas e dos ganhos.

Com a adoção de uma política contabilística concertada com as demais administrações portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente para a empresa no final dos respetivos contratos, a APSS considerou as infraestruturas portuárias construídas no âmbito das Concessões da Teporset e Atlantic Ferries, que irão reverter para a APSS no final do contrato de concessão.

No final do período em análise, os *Resultados Líquidos da APSS*, atingiram o montante de 2,4 milhões de euros, ou seja, superiores em 14,4% face aos Resultados obtidos em igual período de 2017.

Com base nos valores obtidos, foram apurados os respetivos impostos (sobre o Rendimento e Diferido), no valor total de 788 mil euros.

Unid: Euros				
	REAL JUN/2017	REAL JUN/2018	DIF. (R18-R17)	% (R-R)
RESULTADOS OPERACIONAIS	2.744.879	3.166.710	421.831	15,4%
RESULTADOS FINANCEIROS	42.731	10.326	-32.405	-75,8%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	2.787.610	3.177.036	389.426	14,0%
IMPOSTOS	699.978	788.210	88.232	12,6%
RESULTADOS LÍQUIDOS	2.087.632	2.388.827	301.195	14,4%

Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais mantêm a tendência do trimestre anterior, registando um acréscimo de 15,4% (+ 422 mil euros) face a igual período do ano de 2017.

Esta variação ficou a dever-se ao aumento dos rendimentos operacionais (+5%; +569 mil euros), com especial destaque para o aumento dos rendimentos dos Serviços Portuários (+18%; +560 mil euros). No entanto, esta variação não foi superior devido ao ligeiro acréscimo dos gastos operacionais (1,7%; +147 mil euros), nomeadamente, resultantes dos gastos com Pessoal.

Da análise às variações nas diversas rubricas de rendimentos e gastos, ocorridos no trimestre em análise face a igual período do ano de 2017, salienta-se:

Gastos Operacionais

O referido acréscimo dos Gastos Operacionais resulta essencialmente das variações contrárias nas rubricas de *Fornecimentos e Serviços Externos* (-12,6%; -165 mil euros) e de *Gastos com Pessoal* (+6%; +228 mil euros).

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL JUN/2017	REAL JUN/2018	DIF. (R18-R17)	% (R-R)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.309.498	1.144.914	-164.584	-12,6%
Trabalhos Especializados	158.911	195.748	36.837	23,2%
Publicidade e Propaganda	35.443	12.952	-22.490	-63,5%
Vigilância e Segurança	124.681	114.168	-10.513	-8,4%
Honorários	268	0	-268	-100,0%
Conservação e Reparação	151.781	133.733	-18.048	-11,9%
Ferramentas e Utensílios	3.444	1.658	-1.786	-51,9%
Livros e Documentação Técnica	948	1.015	67	7,1%
Material de Escritório	8.494	10.659	2.165	25,5%
Artigos para Oferta	0	3.073	3.073	100,0%
Electricidade	198.232	202.407	4.175	2,1%
Combustíveis	74.835	63.422	-11.413	-15,3%
Água	333.671	179.551	-154.120	-46,2%
Outros Fluídos	1.666	1.643	-23	-1,4%
Deslocações e Estadas	8.512	13.541	5.029	59,1%
Transp. Mercadorias/Pessoal	14.595	13.068	-1.527	-10,5%
Rendas e Alugueres	1.154	273	-881	-76,4%
Comunicações	26.184	26.800	616	2,4%
Seguros	12.509	16.933	4.423	35,4%
Contencioso e Notariado	5.973	2.544	-3.429	-57,4%
Despesas de Representação	1.227	1.606	380	31,0%
Limpeza/Higiene/Conforto	140.421	140.848	427	0,3%
Outros Fornecimentos e Serviços	6.551	9.273	2.722	41,5%
GASTOS COM O PESSOAL	3.806.436	4.034.303	227.867	6,0%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2.933.987	2.955.444	21.456	0,7%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	50.142	50.000	-142	-0,3%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS	462.896	525.038	62.142	13,4%
GASTOS OPERACIONAIS	8.562.960	8.709.699	146.740	1,7%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	0	0	0	0,0%
TOTAL DE GASTOS	8.562.960	8.709.699	146.740	1,7%

✓ **Fornecimentos e Serviços Externos (-12,6%; -165 mil euros)**

A redução verificada na rubrica de gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, ficou a dever-se essencialmente, aos gastos com Água, que registaram um decréscimo de 46% (-154 mil euros) face a igual período do ano de 2017.

A diminuição dos gastos com Água, deve-se à transferência para a Câmara Municipal de Sesimbra da gestão do fornecimento de água, aos utentes de Sesimbra. E assim sendo, a APSS deixa de suportar os gastos com Água referentes aos consumos dos utentes do porto, e consequentemente também deixará de receber os correspondentes rendimentos. Esta mudança passou a ter efeitos a partir de 1 de março de 2018.

✓ **Gastos com Pessoal (+6%; +228 mil euros)**

O acréscimo registado nesta rubrica está relacionado com a especialização dos gastos com o Subsídio de Natal, isto porque, no exercício de 2017, o Subsídio de Natal foi pago 50% por duodécimos e os restantes 50% no mês de novembro, não tendo sido feita qualquer especialização de gastos nesse período.

✓ **Outros Gastos (+13,4%; +62 mil euros)**

O acréscimo de gastos nesta rubrica está relacionado com o montante a entregar ao IMT e DGRM relativo à quota-parte (5%) dos rendimentos operacionais (excluindo a Taxa de Pilotagem), ou seja, o acréscimo dos rendimentos operacionais reflete-se diretamente num aumento desta natureza de gastos.

Os gastos com a participação na Feira Intermodal South America 2018, também justificam, em parte, o acréscimo de gastos nesta rubrica, face a 2017.

Rendimentos Operacionais

Com vista ao cumprimento do Princípio da Especialização foram realizados, neste período, ajustamentos ao nível dos rendimentos resultantes de Taxas e Licenças e Concessões, pela afetação dos correspondentes duodécimos já que a faturação corresponde, na sua maioria, ao ano completo.

✓ **Serviços Portuários (+18%; +560 mil euros)**

Em termos estatísticos, a movimentação portuária no trimestre em análise face a igual período do ano de 2017 é a seguinte:

ATIVIDADE PORTUÁRIA	JUNHO/2018	JUNHO/2017	VAR.18/17
MOVIMENTAÇÃO MERCADORIAS (Ton)	3.413.040	3.498.505	-2,4%
N.º NAVIOS (em ativ.comercial)	764	755	1,2%
Total GT (1.000 Ton)	11.735.053	10.994.784	6,7%

Com exceção da Movimentação de Mercadorias, que registou uma diminuição de 2,4%, os restantes indicadores apresentam acréscimos face a igual período de 2017, que de alguma forma, se refletem no aumento dos rendimentos portuários. No caso da TUP Navio e Taxa de Pilotagem, verificou-se um aumento, respetivamente, de 5,1% (+77 mil euros) e 7,9% (+118 mil euros), face a 2017.

Os rendimentos resultantes da Armazenagem registaram um significativo acréscimo (+229 mil euros) face a igual período de 2017, devido à conjugação de dois fatores: o aumento da movimentação de carga Roll-on Roll-off neste período (+44,1%), e à alteração da base de cálculo da taxa de armazenagem para 2018.

Os rendimentos com “Outros Serviços Portuários” registou um acréscimo de 434,4% (+114 mil euros), resultante, nomeadamente, da taxa variável da Licença de Ocupação da Termitrena, que apenas teve início em setembro de 2017.

✓ **Concessões (+0,3%; +13 mil euros)**

Em termos globais, as *Concessões* registaram um ligeiro acréscimo de 0,3% (+13 mil euros) face a igual período de 2017, sendo este aumento justificado pelas concessões não portuárias, já que as Concessões Portuárias apresentam uma diminuição de 0,1% (-5 mil euros).

Ainda que a *Concessão Autoeuropa*, tenha tido um acréscimo dos rendimentos de 23,7% (+62 mil euros), em consequência do aumento da área de ocupação do terminal de 60.000 para 100.000 metros quadrados, com efeitos a partir de 01/10/2017, destaca-se pela negativa, ao nível das Concessões Portuárias, a *Concessão Multiusos – Zona 2*, que em termos de movimentação portuária teve um decréscimo de 8,9%, refletindo-se numa diminuição dos respetivos rendimentos na ordem dos 2,1% (-46 mil euros).

Também o facto da Concessão Uralada ter terminado no final de 2017, e a nova ocupação passar a ser uma Licença de Uso Privativo, se traduziu num decréscimo de 38 mil euros nesta natureza de rendimentos.

As Concessões não Portuárias registaram um aumento de 3,4% (+18 mil euros) comparativamente com idêntico período de 2017.

Sendo que este aumento se deve, maioritariamente, à Concessão da Marina Marbella, que em 2017, por questões de natureza contratual, não havia sido registado rendimentos.

Por outro lado, o acréscimo destes rendimentos foi atenuado pelo facto da Concessão Repsol ter terminado em meados de 2017 (-20,5 mil euros).

✓ **Outros Rendimentos (-7,1%; -155 mil euros)**

A diminuição de rendimentos registada nesta rubrica, tem a sua justificação nos seguintes factos:

- recebimento, em janeiro de 2017, do montante de 82 mil euros, referente à quota-parte do investimento realizado no âmbito do projeto PIPE.
- passagem da gestão da Água de Sesimbra para a Câmara Municipal de Sesimbra, e consequente transferência da cobrança aos utentes, o que implica uma redução dos rendimentos desta natureza quando comparado com igual período do ano de 2017 (-75 mil euros).

Resultados Financeiros

O decréscimo de rendimentos desta natureza, deve-se à opção de não efetuar aplicações financeiras com os excedentes de tesouraria, pelo facto da taxa de juro praticada pelo IGCP ser de 0%.

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	REAL JUN/2017	REAL JUN/2018	DIF. (R18-R17)	% (R-R)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	3.111.339	3.671.393	560.054	18,0%
TUP Navio	1.490.820	1.567.503	76.683	5,1%
Armazenagem	70.268	299.126	228.858	325,7%
Aluguer Equipamento	729	1.508	779	106,8%
Pilotagem	1.500.879	1.618.762	117.883	7,9%
Fornecimento Pessoal	15.624	19.185	3.561	22,8%
Estacionamento (TES)	6.869	25.565	18.697	272,2%
Outros	26.149	139.743	113.593	434,4%
TAXAS E LICENÇAS	920.232	1.024.788	104.556	11,4%
Taxas de Ocupação	754.452	822.059	67.607	9,0%
Licenças Diversas	29.936	64.902	34.967	116,8%
Náutica de Recreio	135.843	137.826	1.982	1,5%
CONCESSÕES	5.078.437	5.091.332	12.895	0,3%
Concessão Multiusos - Zona 1	975.169	989.646	14.477	1,5%
Concessão Multiusos - Zona 2	2.184.109	2.138.278	-45.830	-2,1%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	185.940	199.644	13.704	7,4%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	83.634	71.628	-12.007	-14,4%
Concessão Praias do Sado	116.991	116.828	-163	-0,1%
Concessão Autoeuropa	260.532	322.298	61.766	23,7%
Concessão Tanquisado	78.978	62.028	-16.950	-21,5%
Concessão Secil	314.661	327.700	13.038	4,1%
Concessão Teporset	322.199	326.841	4.642	1,4%
Concessão Uralada	37.616	0	-37.616	-100,0%
		0		
Concessão Portugália	14.900	15.105	206	1,4%
Concessão Docapesca	145.162	144.204	-958	-0,7%
Concessão Clube Naval Sesimbra	18.771	19.030	259	1,4%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	153.397	155.514	2.117	1,4%
Concessão Exporsado	0	3.630	3.630	100,0%
Concessão Atlantic Ferries	129.647	140.249	10.602	8,2%
Concessão Marina Tróia	19.440	19.163	-278	-1,4%
Concessão Artesanalpesca	16.839	17.071	232	1,4%
Concessão Marina Marbelha	0	22.475	22.475	100,0%
Concessão Marvellous Wave	0	0	0	0,0%
Concessão Repsol	20.451	0	-20.451	-100,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	0	31.359	31.359	100,0%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	8.588	23.539	14.951	174,1%
OUTROS RENDIMENTOS	2.189.244	2.034.000	-155.244	-7,1%
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	11.307.839	11.876.409	568.571	5,0%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	42.731	10.326	-32.405	-75,8%
TOTAL RENDIMENTOS	11.350.570	11.886.736	536.166	4,7%

3. ANÁLISE DO PLANO DE INVESTIMENTOS

A realização financeira do Plano de Investimentos no final do 2.º trimestre de 2018 atingiu o montante 658 mil euros, que corresponde a 2% do valor orçamentado para o corrente ano.

Dos investimentos realizados neste período, destacam-se os seguintes:

- Conclusão, em janeiro de 2018, da empreitada “Pinturas do pavimento e pavimentação na área de expansão a jusante do Terminal RoRo – Coelho da Mota”;
- Aquisição de duas viaturas para a frota automóvel da APSS, em substituição de igual número de viaturas, no valor de 67 mil euros;
- Aquisição de boias de sinalização para o Canal Norte, com um investimento de 41 mil euros;
- Realização da empreitada de “Pintura Exterior do Edifício do Mercado de 2.ª venda”, com um investimento, no período em análise, de 100 mil euros;
- No âmbito do projeto “Ordenamento da Doca dos Pescadores de Setúbal” foram realizadas as empreitadas “Execução de frente acostável e estacionamento de embarcações marítimo-turísticas, na Doca dos Pescadores”, no valor de 31 mil euros e “Colocação de Defensas no molhe exterior da Doca dos Pescadores” com um investimento de 192 mil euros.

PLANO DE INVESTIMENTOS 2018

PROJECTOS	2018	jun-18
PORTO COMERCIAL: LOGÍSTICA PORTUÁRIA		
Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal	25.592.000	47.528
Requalificação de Infraestruturas e acessos aos Terminais RO-RO e TMS2	1.885.000	58.678
Modernização das linhas férreas na área de jurisdição da APSS	50.000	
Melhoria dos acessos ferroviários à zona central do porto	175.000	
Sistema de Informação Portuário	1.152.110	10.492
AMBIENTE E SEGURANÇA		
Melhoria da Eficiência Energética	261.000	
Lancha de Pilotagem	650.000	
Equipamento de Transporte	11.000	66.570
Melhoria do Assinalamento Marítimo	15.000	40.838
PORTO DE PESCA		
Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota)	355.000	99.659
Reabilitação do Edifício dos Cacifos para aprestos marítimos	200.000	
Ordenamento da Doca dos Pescadores de Setúbal	192.000	222.421
Ordenamento do porto de Sesimbra	300.000	
Construção da Ponte-Cais n.º 4 - Porto de Sesimbra	30.000	
PORTO-CIDADE		
Reabilitação na frente ribeirinha	660.000	19.949
Reabilitação da Doca de Recreio das Fontainhas	337.000	
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	253.000	
OUTROS INVESTIMENTOS	348.000	91.505
TOTAL	32.466.110	657.638

4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”

Tendo como principal objetivo a redução dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 14 de fevereiro, o PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”. Este programa abrange serviços e fundos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, os municípios e empresas públicas, de acordo com diferentes regras e mecanismos.

De acordo com o definido no n.º 6 do Anexo à RCM n.º 34/2008 e alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, a evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP) da APSS é o seguinte:

PMP	30-09-2017	31-12-2017	31-03-2018	30-06-2018
Prazo Médio de Pagamentos	52	53	52	44

No final do 2.º trimestre de 2018, o Prazo Médio de Pagamentos registou um decréscimo de 15,4%, face ao trimestre anterior, correspondente a uma diminuição efetiva de oito dias.

A APSS considera como crédito não reconhecido, toda a faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, por a considerar indevida, não tendo intenção de a liquidar. Estando, no entanto, em análise a reclamação efetuada junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. A esta dívida acresce também, como um crédito não reconhecido, o montante de 277 mil euros correspondentes às faturas não aceites de 2005 e 2006.

5. BALANÇO

		Unid.: Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		30-06-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Intangíveis		196.512,77	232.539,00
Ativos fixos tangíveis		73.399.751,93	75.661.531,18
Clientes M/L Prazo		0,00	0,00
Outros créditos a receber		0,00	0,00
Outros investimentos financeiros		1.107,84	900,12
Ativos por impostos diferidos		317.593,84	327.429,54
		73.914.966,38	76.222.399,84
Ativo corrente			
Clientes		1.899.230,92	2.373.164,54
Estado e outros entes públicos		43.150,93	42.437,74
Outros créditos a receber		821.117,36	309.600,52
Diferimentos		3.429,88	66.780,71
Caixa e depósitos bancários		35.497.195,29	31.539.693,27
		38.264.124,38	34.331.676,78
Total do Ativo		112.179.090,76	110.554.076,62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito		15.100.000,00	15.100.000,00
Reservas legais		3.190.062,46	3.190.062,46
Outras reservas		36.226.116,65	35.049.434,47
Reservas não distribuíveis - Concessões		1.549.720,02	1.307.471,20
Resultados transitados		20.620,19	20.620,19
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		24.207.875,72	25.180.853,36
		80.294.395,04	79.848.441,68
Resultado líquido do período		2.388.826,72	3.418.931,00
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		82.683.221,76	83.267.372,68
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		490.974,63	490.974,63
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		455.615,71	495.761,41
Passivos por impostos diferidos		566.602,79	527.297,50
Outras dívidas a pagar		7.119.917,08	7.435.652,25
Diferimentos		11.711.696,38	12.090.030,10
		20.344.806,59	21.039.715,89
Passivo corrente			
Fornecedores		778.086,25	1.316.097,16
Estado e outros entes públicos		1.336.517,64	518.320,36
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		4.167.042,02	2.668.057,38
Diferimentos		2.869.416,50	1.744.513,15
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
		9.151.062,41	6.246.988,05
Total do Passivo		29.495.869,00	27.286.703,94
Total do Capital Próprio e do Passivo		112.179.090,76	110.554.076,62

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid.: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		ORÇAMENTO	30-06-2018	30-06-2017
Vendas e Serviços Prestados		9.529.272	9.787.512	9.110.007
Trabalhos para a própria entidade		50.000	31.359	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0		0
Fornecimentos e serviços externos		-1.620.941	-1.144.914	-1.309.498
Gastos com o pessoal		-4.178.505	-4.034.303	-3.806.436
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		10.000	-26.461	-41.554
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0
Outros rendimentos e ganhos		840.849	745.287	905.334
Outros gastos e perdas		-524.328	-525.038	-462.896
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.106.348	4.833.442	4.394.957
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-3.309.240	-2.955.444	-2.933.987
Subsídios ao Investimento		1.351.514	1.288.712	1.283.910
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.148.622	3.166.710	2.744.879
Juros e rendimentos similares obtidos		5.500	10.326	42.731
Juros e gastos similares suportados		-1.000	0	0
Resultados antes de impostos		2.153.122	3.177.036	2.787.610
Imposto sobre o Rendimento - Corrente		-394.461	-739.069	-650.210
Imposto sobre o Rendimento - Diferido		-42.280	-49.141	-49.768
Resultado Líquido do Período		1.716.381	2.388.827	2.087.632

Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		1.716.381	2.388.827	2.087.632
Interesses Minoritários				
		1.716.381	2.388.827	2.087.632
Resultado por acção básico		0,57	0,79	0,69

7. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

		Unid.: Euros
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	jun-18
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimento de Clientes		11.350.129,27
Pagamentos a Fornecedores		1.482.789,13
Pagamentos ao Pessoal		4.355.411,44
Caixa gerada pelas operações		5.511.928,70
Pagamento/recebimento do Imposto s/Rendimento		-174.301,56
Outros pagamentos/recebimentos		-462.383,78
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		4.875.243,36
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis		886.364,99
Activos Intangíveis		45.067,21
Investimentos Financeiros		
Outros Activos		
Recebimentos Provenientes de:		
Activos Fixos Tangíveis		3.158,64
Activos Intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros Activos		
Subsidios de Investimento		
Juros e Rendimentos Similares		10.532,22
Dividendos		
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		-917.741,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de Capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de Prejuízos		
Doacções		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e Gastos Similares		
Dividendos		
Reduções de Capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3.957.502,02
Efeito das Diferenças de Câmbio		
Caixa e seus equivalentes do início do período		31.539.693,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período		35.497.195,29

8. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2018

No âmbito das Orientações Estratégicas para o Setor Empresarial do Estado, foi definida uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promovam o equilíbrio operacional.

Foi, igualmente definido, que as empresas com EBITDA não negativo deveriam assegurar, no seu conjunto, à melhoria do peso dos gastos operacionais sobre o Volume de Negócios.

À data de 30/06/2018, e quando comparado com o previsto em termos orçamentais, o objetivo de assegurar a redução do peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios foi atingido, verificando-se uma redução de 12,4 p.p. Quando comparado com o real do mesmo período do ano anterior, verifica-se o cumprimento do objetivo, com uma redução de 4,8 p.p..

Desta forma, apresenta-se, através dos seguintes quadros, o ponto de situação à data de 30/06/2018:

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO JUN/2018	REAL JUN/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.620.941	1.144.914	-476.026	-29,4%
GASTOS COM PESSOAL	4.178.505	4.034.303	-144.201	-3,5%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	5.799.445	5.179.218	-620.228	-10,7%
VOLUME DE NEGÓCIOS	9.927.832	10.122.477	194.644	2,0%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	58,4%	51,2%		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	-12,4 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL JUN/2017	REAL JUN/2018	DIF. (18-17)	% (18-17)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.309.498	1.144.914	-164.584	-12,6%
GASTOS COM PESSOAL	3.806.436	4.034.303	227.867	6,0%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	5.115.935	5.179.218	63.283	1,2%
VOLUME DE NEGÓCIOS	9.522.473	10.122.477	600.003	6,3%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	53,7%	51,2%		
VARIAÇÃO REAL18/REAL17	-4,8 p.p.			

No trimestre em análise, e tendo em consideração as toneladas movimentadas, verificou-se uma diminuição dos gastos por tonelada quando comparado com o valor orçamentado para este período (-6,5 p.p). No entanto, comparativamente com 2017, verificou-se um aumento dos gastos por tonelada (+3,8 p.p.), devido à quebra na movimentação de mercadorias conjugado com o aumento dos gastos com FSE e Gastos com Pessoal.

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO JUN/2018	REAL JUN/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	5.799.445	5.179.218	-620.228	-10,7%
TONELADAS MOVIMENTADAS	3.575.000	3.413.040	-161.960	-4,5%
GASTOS POR TONELADA	1,62	1,52		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	- 6,5 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL JUN/2017	REAL JUN/2018	DIF. (18-17)	% (18-17)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	5.115.935	5.179.218	63.283	1,2%
TONELADAS MOVIMENTADAS	3.498.505	3.413.040	-85.465	-2,4%
GASTOS POR TONELADA	1,46	1,52		
VARIAÇÃO REAL18/REAL17	+ 3,8 p.p.			

9. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com o Ofício Circular n.º 6132 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 06/08/2010, há que prestar informação sobre a forma de aplicação das normas de contratação pública, especificamente para contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (s/IVA).

No decorrer do 1º semestre de 2018, a APSS efetuou as seguintes adjudicações de prestações de serviços, que se enquadram nos parâmetros atrás referidos:

- Adjudicação, em 05/04/2018, à empresa Luso Atlântica – Corretor de Seguros, SA., para a prestação de serviços de Seguros para a APSS, SA, para o ano de 2018, no montante de 219.358,55 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 19/04/2018, à empresa KG Services, Lda., para a prestação de serviços de “Limpeza das Instalações da APSS, SA” para o período de 2018-2021, no montante de 188.459,10 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 17/05/2018, à empresa Consulmar – Projetistas e Consultores, Lda., para a realização de “Estudos preparatórios do processo de concessão da futura marina de Setúbal (estudo prévio e estudo económico-financeiro), no montante de 138.750,00 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 24/05/2018, à empresa TRIU – Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, SA., para a prestação de serviços de “Recolha de RSU’s a navios atracados no porto de Setúbal e em áreas de apoio ao transporte marítimo e fluvial” para o período de 2018-2021, no montante de 219.995,88 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 21/06/2018, à empresa Real Prestígio, Lda, para a prestação de serviços de “Limpeza na área de jurisdição da APSS, incluindo diversas instalações, no Porto de Setúbal” para o período de 2018-2020, no montante de 271.416,00 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 21/06/2018, à empresa PH Energia, Lda, para o “Fornecimento de energia elétrica para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 (Estimativa de 4.000.000 kWh) em 4 pontos de entrega em Baixa Tensão Especial e 5 em Média Tensão, nos portos de Setúbal e Sesimbra”, no montante de 473.047,97 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.

10. GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS DO SEE (Decreto-Lei N.º 33/2018 DE 15-05-2018, Artigo 145)

Unid: Euros

	REAL JUN/2017	REAL JUN/2018	DIF.	%
1. Gastos com Pessoal	3.806.436	4.034.303	227.867	6,0%
2. Deslocações/Estadas	8.512	13.541	5.029	59,1%
3. Ajudas de Custo	1.431	1.559	129	9,0%
4. Gastos com Frota	56.342	62.656	6.314	11,2%
5. Estudos, pareceres, projetos e consultoria	41.474	46.167	4.693	11,3%

Unid: Euros

	ORÇ JUN/2018	REAL JUN/2018	DIF.	%
1. Gastos com Pessoal	4.178.505	4.034.303	-144.201	-3,5%
2. Deslocações	12.000	13.541	1.541	12,8%
3. Ajudas de Custo	1.500	1.559	59	4,0%
4. Gastos com Frota	83.209	62.656	-20.553	-24,7%
5. Estudos, pareceres, projetos e consultoria	37.250	46.167	8.917	23,9%

RELATÓRIO DO 2.º TRIMESTRE DE 2018

DO CONSELHO FISCAL

1. Introdução

No cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, que rege a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) e aprovou os respetivos Estatutos, conjugado com o n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e ainda por força do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico do sector público empresarial, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório relativo ao 2.º trimestre de 2018.

O relatório em apreço versa os controlos efetuados, anomalias detetadas e os principais desvios ocorridos, entre os valores executados até ao final do 2.º trimestre de 2018 e os previstos no Plano de Atividades e Orçamento, 2018-2020, datado de 9 de novembro de 2017, objeto de adenda, datada de 7 de março de 2018 e de Errata de 4 de abril de 2018¹, bem como, os verificados no período homólogo de 2017.

O relatório abrange o conjunto de factos ocorridos durante o 2.º trimestre de 2018 e tem por base o Relatório Económico-Financeiro do Conselho de Administração da Sociedade, relativo ao 2.º trimestre de 2018 e o Memorando de Acompanhamento do Revisor Oficial de Contas (ROC) que integra o Conselho Fiscal, datado de 26 de outubro, anexo ao presente documento, constituindo parte integrante do mesmo e ainda da análise das atas do Conselho de Administração e nos esclarecimentos prestados pela Sociedade.

2. Atividade desenvolvida e análise da execução orçamental

Relativamente aos factos e resultados atingidos no 2.º trimestre de 2018, evidenciam-se os seguintes aspetos:

¹ O plano de atividades e orçamento foi, entretanto, objeto de alteração a 8 de agosto de 2018, encontrando-se o mesmo a aguardar por aprovação.

- O Resultado líquido no final do 2.º trimestre de 2018 atingiu o montante de cerca de 2.389 mil euros, situando-se cerca de 39,2% e 14,4% acima, respetivamente, do valor orçamentado e do valor verificado no período homólogo, correspondente, neste último caso, a uma variação de cerca de +301,2 mil euros;
- As variações ocorridas no resultado líquido refletem, como é caraterístico da empresa, essencialmente, os movimentos verificados no resultado operacional, o qual alcançou, no final do 2.º trimestre, o valor de cerca de 3.166,7 mil euros, superior em cerca de 47,4% e 15,4%, respetivamente, em relação ao previsto no orçamento e em relação ao valor alcançado no período homólogo;
- A variação positiva constatada no resultado operacional, em relação ao valor atingido no período homólogo, fundamenta-se no acréscimo dos rendimentos operacionais (no valor de cerca de 568,6 mil euros, cerca de + 5%), em particular, dos decorrentes dos serviços portuários (no valor de cerca de 560 mil euros, +18%) que superaram o valor do acréscimo registado nos gastos operacionais (no valor de cerca de +146,7 mil euros, cerca de +1,7%);

Conforme expresso no relatório, os indicadores da atividade portuária registaram no trimestre em causa uma variação positiva², comparativamente ao verificado no período homólogo, com exceção do indicador referente à movimentação de mercadorias que sofreu um ligeiro decréscimo.

O acréscimo dos rendimentos operacionais encontra-se, assim, em consonância com a tendência positiva verificada nos indicadores da atividade portuária, destacando-se, à semelhança do referido no trimestre anterior, o acréscimo na rubrica de Armazenagem, em resultado do aumento da movimentação de carga roll-on e roll-off e da alteração da base de cálculo da taxa de armazenagem, assim como, dos rendimentos provenientes da TUP navio e da tarifa de pilotagem³.

² Embora se constate que os indicadores se situam abaixo do previsto em termos de Plano de Atividades e Orçamento.

³ Conforme assinalado no relatório regista-se, igualmente, o acréscimo dos rendimentos provenientes de outros serviços portuários, embora, tal justificado pela taxa variável de ocupação da Termiteira que teve início só em setembro de 2017.

Ao nível dos gastos operacionais e em comparação com os valores registados no período homólogo, regista-se o decréscimo verificado na rubrica de FSE, para o qual contribui, essencialmente, a redução dos gastos com a água, tal como assinalado no relatório do primeiro trimestre. Tal facto deve-se, principalmente, à transferência para a Câmara Municipal de Sesimbra da gestão do fornecimento de água, ocorrida a partir de março último, com efeitos, igualmente, na redução da receita registada em outros rendimentos e ganhos.

A redução verificada na rubrica de FSE não permitiu, no entanto, reduzir os gastos operacionais, registados no trimestre em causa, essencialmente pelo facto de se verificar um acréscimo na rubrica de gastos de pessoal, comparativamente ao verificado no período homólogo;

- A APSS continua a manter um passivo remunerado nulo, pelo que o resultado financeiro reflete, essencialmente, a variação das remunerações obtidas junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE (IGCP), em resultado da aplicação das suas disponibilidades nesta Agência. Assim, verifica-se que o resultado financeiro, no final do 2.º trimestre de 2018, atingiu o montante de cerca de 10,3 mil euros que embora se situe superior ao orçamentado, está bastante abaixo do verificado no período homólogo (-32,4 mil euros, cerca de -75,8%), justificado pelo facto do IGCP ter deixado de remunerar os excedentes de tesouraria depositados nessa Agência;
- A execução do plano de investimentos, até ao final do 2.º trimestre de 2018, foi de cerca de 658 mil euros, correspondente a cerca de 2% do orçamentado, com base na utilização somente de recursos próprios, salientando-se, em termos de execução no trimestre agora em causa, o projeto de “Ordenamento da doca dos Pescadores de Setúbal” no valor de cerca de 222 mil euros;

Mais se refere que, no trimestre em análise, e conforme previsto no relatório do 1º trimestre registou-se uma execução de cerca de 47 mil euros no âmbito do projeto de “Melhoria dos Acessos Marítimos do porto de Setúbal” referente a estudos e outros trabalhos preparatórios, perspetivando-se que a principal parcela do valor deste projeto,

relacionada com a execução das dragagens, possa ocorrer a partir de outubro de 2018 conforme planeado;

- Em termos da estrutura de capitais e comparando os dados do final do ano de 2017 com os alcançados no final do primeiro semestre de 2018, conclui-se que, embora se registem algumas variações no balanço, a estrutura financeira da empresa mantém-se bastante equilibrada. Os rácios de solvabilidade (capital próprio/passivo) e de autonomia financeira (capital próprio/ativo) atingiram no final do 2.º trimestre de 2018, respetivamente, 2,80 e 74%, valores ligeiramente inferiores aos alcançados no final do ano transato;
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do 2.º trimestre de 2018, apurado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, foi de 44 dias, registando um decréscimo de 8 dias, relativamente ao verificado no trimestre anterior. O valor apurado para este indicador, conforme assinalado em anteriores relatórios, não considera a faturação emitida pela empresa Águas do Sado, que a APSS considera indevida, nem o montante de 277 mil euros de faturas não aceites dos anos de 2005 e 2006;
- A APSS, S.A. no trimestre em análise efetuou seis novas adjudicações de prestação de serviços, superiores a 125 mil euros (s/IVA), conforme devidamente assinalado no relatório, referentes a prestações de serviços de seguros, limpeza, estudos, recolha de resíduos e fornecimento de energia;
- Relativamente às restantes orientações e disposições legais⁴ aplicáveis às empresas do SEE referem-se ainda os seguintes aspetos:
 - i) Constata-se no trimestre em análise um decréscimo dos gastos operacionais relativamente ao volume de negócios, comparando os valores alcançados no

⁴ Designadamente, o Decreto-Lei n.º 33/2018 de 15 de maio que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2018 e que contem algumas disposições aplicáveis à execução do orçamento das empresas públicas não reclassificadas, como é o caso da APSS, salvaguardando-se, contudo, que algumas dessas disposições, designadamente, as relativas a gastos operacionais, têm um referencial comparativo de carácter anual pelo que as análises trimestrais têm carácter meramente indicativo.

trimestre com os valores orçamentados, bem como, com os realizados no período homólogo;

- ii) Verifica-se igualmente um decréscimo nos gastos com pessoal comparando com os valores orçamentados, contudo, registam-se acréscimos (de cerca de 6%, correspondentes a cerca de 228 mil euros) relativamente aos gastos registados no período homólogo, em face quer da aplicação do princípio de especialização dos gastos com o subsídio de Natal, conforme explicitado no relatório, quer ainda de valorizações remuneratórias ocorridas;
- iii) Verifica-se uma redução do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como, os associados à frota automóvel, em relação aos valores orçamentados, no entanto, registam-se acréscimos (de cerca de 17%, correspondentes a cerca de 11,7 mil euros) relativamente aos verificados no período homólogo;
- iv) Constata-se um acréscimo dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria relativamente aos valores orçamentados e aos verificados no período homólogo, neste último caso, de cerca de 4,6 mil euros (+11,3%) sem expressão relevante nos gastos;
- v) A APSS manteve a generalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, permanecendo, apenas, com uma conta bancária aberta junto da banca comercial (BPI) cujo saldo, a 30 de junho de 2018, representava cerca de 0,27% do total de disponibilidades⁵.

3. Conclusão

Em suma, conclui-se que o Relatório Económico-Financeiro relativo ao 2.º trimestre de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração da APSS, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada e justificativa das alterações ocorridas, não tendo sido detetadas quaisquer anomalias, salvaguardando-se, contudo, os

⁵ Por carta de 20 de julho de 2018 a APSS solicitou dispensa de cumprimento do princípio da Unidade da Tesouraria bem como da obrigatoriedade de manter depositadas as suas disponibilidades depositadas no IGCP que aguarda nesta data deferimento.

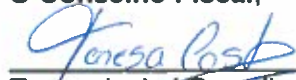
principais aspetos e considerações evidenciados no Memorando de Acompanhamento do ROC, que integra o Conselho Fiscal, constante do anexo ao presente documento.

A Sociedade evidencia uma estrutura económico financeira equilibrada, constatando-se resultados superiores aos verificados no período homólogo.

Por último uma nota para referir que, pese embora os relatórios trimestrais de execução orçamental reflitam a atividade da empresa, julga-se necessário, neste âmbito, a existência de um Plano de Atividades e Orçamento aprovado, enquanto peça fundamental do processo de planeamento e controle do exercício de autonomia de gestão.

2 de novembro 2018,

O Conselho Fiscal,



Teresa Isabel Carvalho Costa (*Presidente*)



Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio (Vogal Efetivo)

Anexo: Memorando de Acompanhamento da SROC (Vogal Efetivo do Conselho Fiscal)



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Memorando de Acompanhamento – Segundo Trimestre de 2018

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, procedemos à análise da informação financeira preparada pelo Conselho de Administração da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., relativa ao segundo trimestre de 2018, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 2.º Trimestre 2018”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa, (iii) a análise do plano de investimentos e (iv) o programa “pagar a tempo e horas”.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Empresa a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Empresa ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento sucinto, com vista à identificação dos principais desvios em relação às previsões, assim como de outras situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração deste Memorando de Acompanhamento, efetuamos:

- a) O acompanhamento da atividade da Empresa, através da participação em reuniões havidas com o Conselho de Administração e outros responsáveis, e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b) A análise da informação financeira relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, incluindo os principais desvios em relação às previsões, os quais se encontram detalhados no documento em anexo preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 2.º Trimestre 2018”;
- c) A análise do grau de cumprimento do “Programa pagar a tempo e horas”;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20171485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

mm

9

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Empresa do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Empresa no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro.

Principais aspetos e considerações

6 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre o trabalho realizado, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Empresa do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

6.1 O balanço e a demonstração dos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 e 2), preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 2.º Trimestre 2018”.

6.2 A matéria referida na reserva constante na Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, datada de 1 de junho de 2018, mantém-se na informação financeira relativa a 30 de junho de 2018, nomeadamente:

- o não reconhecimento pela APSS de ativos e passivo, resultantes de um contrato de concessão, o qual prevê o pagamento de uma indemnização pela reversão de determinados bens no final da concessão, por decisão unilateral do concessionário, devido ao facto de ser sua expectativa de que o contrato irá ser prorrogado por um período de tempo que permitirá a amortização integral desses bens. Atendendo a que, ao contrário da expectativa inicial, esta situação não teve evolução durante o exercício de 2017, considerando o contrato atualmente em vigor, os ativos intangíveis (líquidos de amortizações) e as outras dívidas a pagar (não corrente) encontram-se subavaliados em, aproximadamente, 14.100 milhares de euros e 9.700 milhares de euros, respetivamente e os rendimentos a reconhecer e os resultados do exercício subavaliados em 4.050 milhares de euros e 350 milhares de euros, respetivamente;

6.3 Com referência a 30 de junho de 2018, no âmbito do “Programa pagar a tempo e horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, são os seguintes os prazos médios de pagamento da Empresa (dias):

<u>30.06.18</u>		<u>31.12.17</u>
(2)	(dias)	(1) e (2)
44		53

(1) Conforme publicado no Relatório e Contas de 2017

(2) Este cálculo não inclui facturas emitidas por terceiros relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no montante de 277 milhares de euros, nem a futuração emitida pela entidade Águas do Sado, relativa a taxas de saneamento.

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à APSS a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

26 de outubro de 2018

De V. Exas.
Atentamente

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

